

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE
RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA EM TERRA VERMELHA,
VILA VELHA - ES**

RENATO PEDRINI

**VILA VELHA
FEVEREIRO/2016**

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE
RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA EM TERRA VERMELHA,
VILA VELHA - ES**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

RENATO PEDRINI

**VILA VELHA
FEVEREIRO/2016**

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

P372a Pedrini, Renato Moreira.
Avaliação do programa educacional de resistência às drogas
e à violência em terra vermelha, Vila Velha - ES / Renato
Moreira Pedrini. – 2016.
42 f.: il.

Orientador: Danilo Roberto Santiago.
Co-orientador: Maria Regina Lopes Gomes.
Dissertação (mestrado em Segurança Pública)
Universidade de Vila Velha, 2016.
Inclui bibliografias.

1. Violência - Aspectos sociais. 2. Drogas.
I. Santiago, Danilo Roberto Pereira. II. Gomes, Maria Regina.
Lopes. III. Universidade Vila Velha. IV. Título.
CDD 303.6

RENATO PEDRINI

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE
RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA EM TERRA VERMELHA,
VILA VELHA – ES**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

Aprovado em 29 de fevereiro de 2016.

Banca examinadora:

Tânia M ZOF Delboni

Profa. Dra. Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni (UFES)

Maria Regina Lopes Gomes

Profa. Dra. Maria Regina Lopes Gomes (UUV)

Luciana Souza Borges

Profa. Dra. Luciana Souza Borges (UUV)

Danilo R. P. Santiago

Prof. Dr. Danilo Roberto Pereira Santiago (UUV)

Orientador

RESUMO

PEDRINI, Renato, M.Sc, Universidade Vila Velha – ES, fevereiro de 2016.
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA EM TERRA VERMELHA, VILA VELHA - ES. Orientador: Danilo Roberto Pereira Santiago e Coorientadora: Maria Regina Lopes Gomes.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é um programa introduzido no Brasil desde o ano de 1992, importado dos Estados Unidos da América, e aplicado pelas polícias militares às crianças e adolescentes nas diversas escolas espalhadas pelo país. Este artigo tem por objetivo estudar os resultados alcançados pelo programa no aglomerado subnormal de Terra Vermelha - ES e verificar se existe diferença entre egressos da Escola Alfa e não egressos da Escola Beta, através do cruzamento de dados com os do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES), sistema informatizado que unificou os telefones emergenciais utilizados pelas Polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros, passando a atender as chamadas de emergência através de um único número - 190, gerenciando todos os dados de socorro, prisões, detenções e apreensões no estado do Espírito Santo. Conclui-se que não existe diferença significativa entre egressos e não egressos do programa no que tange aos registros criminais.

Palavras chave: PROERD. Prevenção. Drogas. Violência.

ABSTRACT

PEDRINI, Renato, M.Sc, University of Vila Velha – ES, fevereiro de 2016.
Evaluation of Educational Program of Resistance to Drugs and Violence (PROERD): The case Terra Vermelha – ES. Advisor: Danilo Roberto Pereira Santiago e Co-advisor: Maria Regina Lopes Gomes.

Education Program of Resistance to Drugs and Violence (PROERD) is a program introduced in Brazil since 1992, imported from the United States, and implemented by the military police to children and adolescents in various schools around the country. This article aims to study the results achieved by the program in subnormal cluster of Terra Vermelha-ES and see if there is difference between graduating from Alpha School and not graduates of Beta School, through the exchange of data with the Operational Center for Integrated Social Protection (CIODES), computerized system that unified the emergency phones used by the Civil Police, Military and Fire Department, going to meet emergency calls through a single number - 190, managing all the distress data, arrests, detentions and arrests in state of Espirito Santo. We conclude that there is no significant difference between graduates and non-graduates of the program with regard to criminal records.

Keywords: PROERD. Prevention. Drug. Violence

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
PROERD.....	09
Inserção do Estado do ES no projeto capitalista: êxodo e periferização.....	15
Conceito de aglomerado subnormal e a Grande Terra Vermelha- ES.....	18
Estudo de Caso: O PROERD no aglomerado de Terra Vermelha	26
METODOLOGIA	27
RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	39

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD) NA REGIÃO DE TERRA VERMELHA, VILA VELHA - ES

Renato Pedrini
Universidade Vila Velha
renatopedrini@hotmail.com

Prof. Dr. Danilo Roberto Pereira Dantiago
Universidade Vila Velha
danilo.santiago@uvv.br

RESUMO

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é um programa introduzido no Brasil desde o ano de 1992, importado dos Estados Unidos da América, e aplicado pelas polícias militares às crianças e adolescentes nas diversas escolas espalhadas pelo país. Este artigo tem por objetivo estudar os resultados alcançados pelo programa no aglomerado subnormal de Terra Vermelha - ES e verificar se existe diferença entre egressos da Escola Alfa e não egressos da Escola Beta, através do cruzamento de dados com os do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES), sistema informatizado que unificou os telefones emergenciais utilizados pelas Polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros, passando a atender as chamadas de emergência através de um único número - 190, gerenciando todos os dados de socorro, prisões, detenções e apreensões no estado do Espírito Santo. Conclui-se que não existe diferença significativa entre egressos e não egressos do programa no que tange aos registros criminais.

Palavras-chave: PROERD; Prevenção; Drogas; Violência.

ABSTRACT

Education Program of Resistance to Drugs and Violence (PROERD) is a program introduced in Brazil since 1992, imported from the United States, and implemented by the military police to children and adolescents in various schools around the country. This article aims to study the results achieved by the program in subnormal cluster of Terra Vermelha - ES and see if there is difference between graduating from Alpha School and not graduates of Beta School, through the exchange of data with the Operational Center for Integrated Social Protection (CIODES), computerized system that unified the emergency phones used by the Civil Police, Military and Fire Department, going to meet emergency calls through a single number - 190, managing all the distress data, arrests, detentions and arrests in state of Espírito Santo. We conclude that there is no significant difference between graduates and non-graduates of the program with regard to criminal records.

Keywords: PROERD; Prevention; Drug; Violence.

INTRODUÇÃO

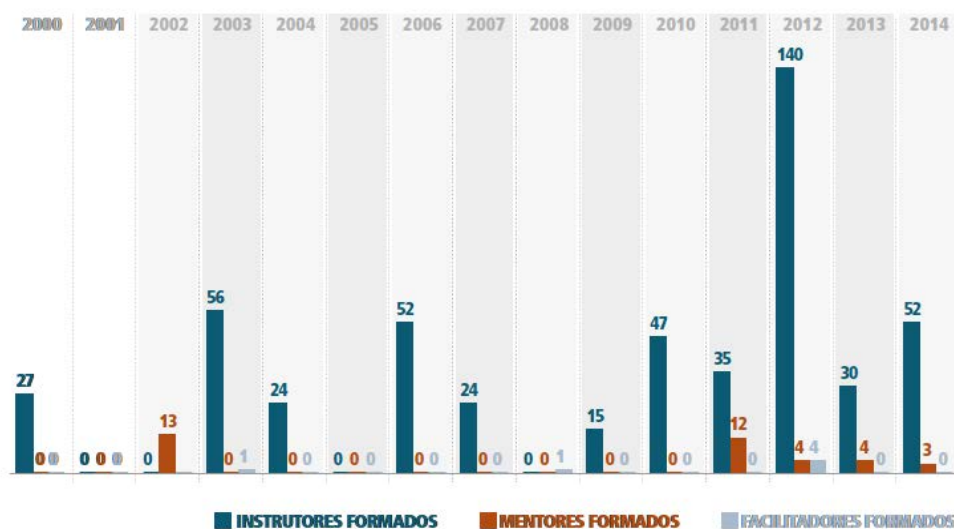
Este trabalho é um estudo de caso sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) aplicado num aglomerado subnormal, situado numa área periférica da Região Metropolitana da Grande Vitória – ES. A partir da construção histórica e conjugação de fatores com fins de substituição do modelo primário-exportador e inserção do Estado do Espírito Santo no projeto capitalista, temos como consequência, o empobrecimento urbano, com sua periferação e sedimentação destes aglomerados subnormais. Tal conceito de aglomerado subnormal foi tecido pelo IBGE em fins da década de 1980 a fim de melhor estudar estas formações e estabelecer critérios para sua definição. Com isso, o conceito de aglomerado subnormal abrangeria os diversos tipos de ocupações caracterizadas pela falta de título de propriedade associada a pelo menos uma carência, seja ela da má organização dos espaços e suas delimitações; sejam elas vias e/ou áreas dos lotes, cumulativamente ou não a precariedade de oferta de serviços públicos essenciais, tais como, esgotamento sanitário, recolhimento regular de lixo, limpeza, transporte público, água tratada, rede regular de energia elétrica, dentre outros. Deste modo, este trabalho buscou estudar os resultados alcançados pelo programa PROERD no aglomerado subnormal de Terra Vermelha - ES e verificar se existe diferença entre egressos da Escola Alfa e não egressos da Escola Beta, matriculados no 7º ano do ensino fundamental no ano de 2011, através do cruzamento de seus dados com os do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES).

PROERD

O PROERD é um programa aplicado por policiais militares fardados nas escolas públicas e privadas, tendo por objetivo a prevenção ao uso de drogas e à violência. O PROERD compunha inicialmente de 17 lições, mas hoje sua cartilha descreve 10 lições de 60 minutos. Foi concebido para aplicação aos discentes dos 5º e 7º anos, expandindo-se gradativamente no atendimento aos alunos da educação infantil (PROERD Kids) e aos pais (PROERD Pais). Tem sua implantação no ano de 2000 no Espírito Santo com a formação de 27 policiais instrutores. Em 2001 tem início a aplicação do programa nas escolas de ensino fundamental do Estado do Espírito Santo. No primeiro semestre de 2011 tem sua aplicação em 02 escolas públicas do aglomerado subnormal de Terra Vermelha – ES. O programa possui como materiais didáticos o Livro do Estudante, o Livro dos Pais, cartazes para Educação Infantil e o Manual do Instrutor que auxiliam os cursandos e os policiais no

desenvolvimento das lições do Proerd. Os policiais militares que trabalham no programa, denominados instrutores Proerd, são formados no Espírito Santo ou em vários outros estados da Federação com os quais a Coordenação do Proerd do Espírito Santo está alinhada e trabalha de forma equânime. Quanto ao funcionamento do programa, após passar por um processo de seleção que exige a voluntariedade, não ser fumante, não fazer uso abusivo de álcool, ter facilidade de comunicação, criatividade e experiência em atividade educacional, o policial militar frequenta um curso de formação de 80 horas que o habilita a ser instrutor. Em seguida o instrutor procura ou é procurado pela escola para aplicação do programa. Após demandado o instrutor confecciona o planejamento de aula, remetendo-o a Coordenação do PROERD que o submete a Secretaria do programa para fins de cálculos estatísticos. Em seguida o instrutor reúne-se com a direção e a equipe pedagógica da escola para explicar a metodologia do trabalho e com os pais e alunos para descrever o conteúdo das aulas e verificar o interesse dos alunos e a permissão dos pais para participação no programa. Posteriormente o instrutor dá início às aulas do programa que é finalizado com a cerimônia de formatura dos alunos. Desde sua implantação no Espírito Santo, em 2000, foram formados cerca de 500 instrutores e atendidos mais de 257 mil alunos em todo o Estado (SOUZA FILHO, 2008; POLÍCIA MILITAR, [2015?]). Entre os anos de 2011 e 2014 formou-se mais de 50% dos instrutores do programa conforme a Figura 1.

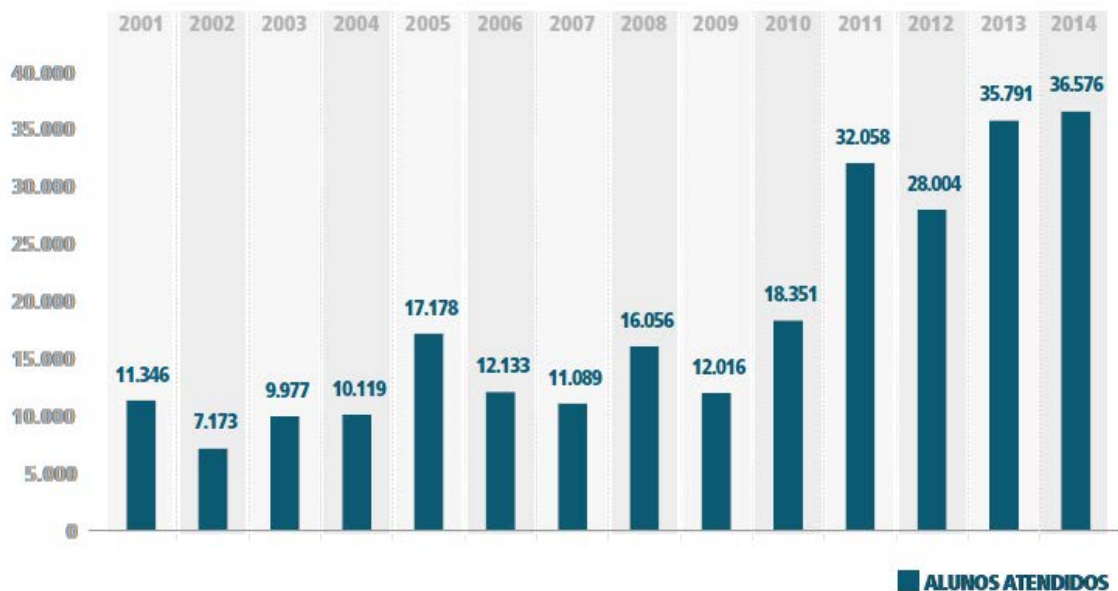
Figura 1 – A EVOLUÇÃO NA FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DO PROERD



Fonte: Polícia Militar do Espírito Santo, 2015

A formatura de tantos instrutores permitiu ao programa aumentar significativamente a aplicação do programa, atingindo um público de mais de 132 mil assistentes somente de 2011 a 2014 conforme a Tabela 2. Esse número representa mais de 50% dos alunos atendidos desde o início do programa no Espírito Santo no ano de 2001.

Figura 2 – A EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS



Fonte: Polícia Militar do Espírito Santo, [2015?].

No Brasil, o conteúdo do PROERD foi traduzido e não orientado segundo a realidade sócio-cultural dos adolescentes brasileiros.

Chauí (1987) critica a importação de modelos educacionais por não considerarem a realidade cultural da população nativa, impondo signos e símbolos desconhecidos e que não fazem parte do cotidiano destes indivíduos.

Segundo Lopes (2003) a perspectiva norte-americana do PROERD está apoiada em uma abordagem comportamental de aprendizagem, onde a construção da aprendizagem social se dá pela via do treinamento. As pessoas aprendem à medida que modificam seus comportamentos frente ao meio externo de condicionamentos. O papel ativo do sujeito não é considerado. O conteúdo se baseia na resistência às drogas, sem contudo modificar o contexto social que se quer intervir, o cotidiano dos jovens. Baseia-se na pedagogia tradicional reprodutiva e de epistemologia empirista, que se utiliza da repetição ou reprodução.

Segundo Perovano (2006) o PROERD é uma versão brasileira do *Drug Abuse Resistance Education* (DARE), programa norte-americano, iniciado em Los Angeles em 1983, desenvolvido por psicólogos, psiquiatras, pedagogos e policiais, em consequência da constatação do crescente envolvimento de jovens com as drogas – mais especificamente o tabaco e o álcool, e a violência naquela região e do diagnóstico de falhas dos organismos de repressão ao tráfico e aos usuários de drogas.

No ano de 1992 o Estado do Rio de Janeiro, através da Polícia Militar, e em parceria com a embaixada norte-americana, é o primeiro estado a implantar o programa no País. Desde então, foi difundido para os demais estados da federação e hoje está presente em todos Estados no Brasil. No Rio de Janeiro o programa fora implantado como uma estratégia de aproximação da comunidade (PEROVANO, 2008):

“A PMERJ, objetivava na ocasião, desenvolver uma estratégia de segurança, para aproximar o policial da comunidade, através do conceito de “polícia comunitária”, que é o de diminuir os hiatos entre este órgão repressor de segurança pública para a condição de preventivo, com a contínua aproximação da polícia militar e do cidadão, com o fim de convidá-los a se tornarem protagonistas de ações preventivas na área de segurança pública”.

A Polícia Militar do ES (2003) publicou a PORTARIA nº 346-R, instituindo o PROERD e o normatizando como medida para o controle da violência e criminalidade, complementando as ações preventivas e repressivas às drogas.

[...] Considerando que o trabalho de prevenção às drogas e à violência realizado por intermédio de Policiais nas escolas em diversos países de primeiro mundo, vem obtendo resultados positivos, cientificamente comprovados; Considerando que o desenvolvimento de um sistema de prevenção ao uso indevido de drogas e à violência em escolas de todo o Estado, para crianças e adolescentes, através da educação, usando métodos que priorizem a moral, os bons costumes, a afetividade e um modelo de vida saudável, de acordo com a nossa realidade, o tipo de drogas usadas e a faixa etária; Considerando a necessidade de intervenção precoce ao uso de drogas lícitas ou ilícitas, uma vez que, segundo dados estatísticos, uma grande parte dos crimes, especialmente os violentos, estão relacionada às drogas, direta ou indiretamente; Considerando a melhoria na imagem da Polícia Militar junto à população, dando-lhe a confiança e respeito necessários para a execução de seus serviços, visto que o trabalho com crianças e pais desmistifica a imagem de uma polícia truculenta e arbitrária; Considerando o desenvolvimento de um trabalho próprio de prevenção com o público interno com relação ao uso de drogas legais ou ilegais através do aperfeiçoamento e criação de equipes de palestrantes de acordo com o que foi padronizado pelo Sistema de Segurança Escolar da SEDU; Considerando a necessidade de informar ao público interno da problemática das drogas através da publicação de trabalhos relativos, com a preocupação de criar cultura e padronizar ações internas a respeito do assunto; e Considerando que há uma incidência relativamente elevada de Policiais Militares dependentes de drogas legais e ilegais, sendo que um programa de prevenção surge como uma necessidade, dentro da Corporação.

R E S O L V E: Art. 1º - Fica institucionalizado o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), na Polícia Militar do Espírito Santo, constituindo medida proativa, sendo atividade fim, para o controle de violência e criminalidade, complementar as ações preventivas e repressivas ao uso indevido e tráfico de drogas. Fonte: Polícia Militar do Espírito Santo, 2003.

Insta ressaltar que apesar da Portaria 343-R, da Polícia Militar do Espírito Santo apresentar como objetivo principal do PROERD, o controle de violência e criminalidade relacionada ao uso indevido e tráfico de drogas, numa associação automática, percebe-se nos fundamentos ou considerações da citada norma outros objetivos diversos, com destaque para a busca da melhoria da imagem da Polícia Militar.

O trabalho de Souza Filho (2008) também revela a importância dada ao PROERD como ferramenta de melhoria da imagem institucional da Polícia Militar da Bahia, ao declarar:

Assim, com o PROERD a Polícia Militar tem a possibilidade de desmistificar a figura do Policial Militar como um agente repressor, haja vista as futuras atividades que este programa desempenhará com, os alunos em sala de aula, com a presença do professor, contribuindo para que haja uma maior interação entre a Polícia Militar e a Comunidade.

Barroso (2007) descreve também o PROERD como veículo de mídia corporativa adotada pela Polícia Militar de Minas Gerais na busca da desmitificação da imagem de polícia arbitrária:

A aplicação do Programa visa alcançar os seguintes objetivos:

- Desenvolver um sistema de prevenção ao uso indevido de drogas e a violência em escolas de todo o Estado, para crianças e adolescentes;
- Consolidar a imagem positiva da Polícia Militar junto à população, desmistificando a imagem de uma polícia truculenta e arbitrária;
- Diminuir a violência e prevenir o uso de drogas por crianças e adolescentes em Minas Gerais, mediante aulas no seu ambiente escolar, reunindo família, polícia e escola;
- Auxiliar pais e/ou responsáveis mediante o esclarecimento quanto às drogas e ao fortalecimento da estrutura familiar;
- Prevenir a criminalidade, uma vez que, segundo dados estatísticos, grande parte dos crimes, especialmente os violentos, com destaque para os homicídios, estão relacionados às drogas, direta ou indiretamente;
- Fortalecer a interação entre a Polícia Militar e a comunidade, propiciando um clima de parceria e confiança, gerando informações e o cumprimento do papel social da Instituição.

Lopes (2003) também aponta os objetivos do PROERD na Polícia Militar do Paraná para além de uma política de prevenção às drogas, mas também com fins de *marketing* institucional:

Este programa objetiva ensinar aos alunos de 4ª séries do ensino fundamental a dizerem “não às drogas e à violência”, visando “reforçar a autoestima, lidar com as tensões, resistir às pressões dos companheiros e da mídia além de desenvolver a civilidade” (PARANÁ, 2000). Consideram, ainda, que desta forma haverá redução do tráfico, do uso de drogas e da violência. O PROERD pressupõe que a violência está intimamente ligada ao tráfico e ao uso de drogas. O programa também tenta resgatar a imagem do “bom policial”, hoje deteriorada, em virtude de situações de envolvimento com o tráfico, noticiados nos meios de comunicação.

A busca de melhoria da imagem institucional das polícias militares no Brasil com a aplicação do PROERD parece não ter surtido o efeito desejado, pois 70,1% da população não confia no trabalho das diversas polícias no País, índice 8,6 pontos percentuais acima do registrado no primeiro semestre de 2012 (BRASIL, 2013).

Como é um programa gerido pelo setor público é algo que necessita de avaliação desde sua criação a fim de verificar a sua necessidade, passando por avaliar a sua teoria, o processo, o resultado e a sua eficiência (COZBY, 2003). A avaliação de necessidade de implantação do programa deve considerar os diversos aspectos do público alvo, tais como, econômicos, sociais, culturais, a fim de melhor adequar à realidade local (COZBY, 2003; JOHNSON, et al, 2008). A questão final de avaliação de um programa diz respeito à avaliação da eficiência. Tendo demonstrado que um programa tem o efeito pretendido, os pesquisadores devem determinar se ele “se justifica”. Custos e benefícios devem ser ponderados. Além disso, os pesquisadores devem determinar se os recursos usados para implantar o programa poderiam ser mais bem empregados de outra forma (COZBY, 2003).

Segundo Massardi e Silva (2013) os objetivos principais do PROERD são a prevenção à violência e o uso de drogas, apontando como consequências secundárias a esses objetivos, a redução dos índices de criminalidade e o estabelecimento de uma interação entre a polícia e a comunidade.

Para Beato (2013) o objetivo do PROERD é evitar o envolvimento de jovens com a violência e as drogas.

A falta de avaliações por parte dos gestores, ou as poucas avaliações realizadas por terceiros, são algumas das críticas tecidas ao PROERD. No entanto, se por um lado pesquisas apontam aspectos negativos, como resultados parecidos para egressos e não egressos do

PROERD (JOHNSON, 2008), falta de sintonia à realidade local e falta de continuidade (JOHNSON, et al, 2008; SILVA e GIMENIZ-PASCHOAL, 2010), outros estudos apresentam aspectos positivos do programa, apontando diferenças significativas entre egressos e não egressos do PROERD (QUEIROZ, 2003; MASSARDI e SILVA, 2013) ao correlacionar a frequência ao programa, à menor incidência na prática delituosa dos egressos.

INSERÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NO PROJETO CAPITALISTA: ÊXODO E PERIFERIZAÇÃO

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), Estado do Espírito Santo é composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória (ES, 1995). O processo de modernização econômica por que passou o ES, entre 1960-1980, está diretamente relacionado às transformações ocorridas nesta Região. O empobrecimento urbano ocorrido, é um fenômeno inerente a essas novas mudanças, num processo contínuo a que se submete a realidade econômica e as articulações contidas nas relações de produção, que marcam os estágios de desenvolvimento do capitalismo (SIQUEIRA, 2010).

As mudanças estruturais da economia do ES, de um modelo primário-exportador centrado no café, passando pela erradicação do café, com a desestruturação da economia agrária, e a conseqüente inserção no projeto capitalista são as marcas dessa conjuntura baseada num acelerado crescimento da economia e declínio da agricultura, levando ao caótico processo de urbanização e o empobrecimento cada vez maior de uma camada da população, ocorrido no país no final da década de 1970.

No processo de industrialização do Estado do Espírito Santo, iniciado na década de 70, destacam-se os Grandes Projetos Industriais de Impacto, orientados basicamente para os mercados externos, agrupados nos complexos siderúrgico (Usina Siderúrgica de Tubarão - CST, Usina de Laminação – Cofavi, Usina de Pelotização – CVRD e Samarco), Portuário (Super Porto de Tubarão, Barra do Riacho e terminal de Ubu e obras do canal da baía de Vitória). Os empreendimentos elevaram de modo considerável a economia do ES e a aglomeração urbana. A indústria do ES está altamente concentrada na região da Grande Vitória, onde foram aplicados 80% dos investimentos e mesmo percentual de empregos foram gerados. O advento dos Grandes projetos Industriais acelerou o fluxo migratório, aumentando

rapidamente o número de trabalhadores que se fixaram na cidade em busca de novas oportunidades de trabalho. A Região da Grande Vitória não possuía infraestrutura para receber o grande fluxo migratório de pessoas do interior e de outros estados que se deslocavam em sua direção, formando um elevado contingente de mão de obra pouco qualificada que só foi utilizada na fase inicial de construção dos Grandes Projetos, mas que para a operação de fato, exigiam mão de obra qualificada, e depois das obras concluídas, foram dispensados. Dessa forma provocou a marginalização dos trabalhadores menos qualificados, acentuando as desigualdades regionais e sociais, bem como, concentrando investimentos públicos na superação de entraves infraestruturais da produção. A economia urbana, embora expandida, não conseguia amparar o êxodo rural, que se intensificou com as modificações ocorridas na estrutura agrária, colocando em evidência o problema da miséria e do desemprego rural. Esse processo, apoiado na expansão industrial, transmutou-se na miséria e no desemprego urbano, ampliando ainda mais o “caos urbano” verificado na Grande Vitória, a partir da década de 70. Verifica-se a inexistência de políticas urbanas, de serviços básicos, de saúde, educação, habitação, segurança, transporte coletivo, lazer. O crescimento desordenado que a região da Grande Vitória começou a enfrentar a partir de meados dos anos 60 expandiu a pobreza em seus municípios, à medida que acentuou a deterioração das condições de vida da metade da população, atingindo diretamente a população trabalhadora, que, através das condições de moradia, alocada em favelas e bairros carentes, expressavam a precariedade de salários. Em 1980 47,9 % da população da Grande Vitória era carente, hipossuficiente, com precárias condições de renda e existência das pessoas, alojadas em assentamentos subnormais, nos morros, baixadas e mangues. Em Vila Velha esse índice chega a 58,6%. O Estado estava mais preocupado e comprometido em criar e expandir as condições gerais para a expansão industrial e reprodução do capital, do que atender às necessidades da força de trabalho (SIQUEIRA, 2010).

Os censos indicam que Vitória, seguida de Vila Velha, já se destacavam como as áreas de maior concentração urbana no estado a partir da década de 60, face suas características urbanas. Na década de 70, Cariacica passa a ser a terceira cidade em concentração urbana, com a urbanização avançando para outros municípios periféricos. Esse crescimento populacional está diretamente relacionado com o desenvolvimento econômico do ES nos anos 60, na substituição do modelo agrário-exportador pela indústria. Em 1980 a Grande Vitória concentra 34,9% da população capixaba.

Em 1960 começa o declínio da produção de café com o programa de erradicação de cafezais. Isso implicou na liberação de 50 mil trabalhadores rurais (cerca de 150 mil pessoas), refletindo no esvaziamento do interior do estado e no processo de inchação da Grande Vitória. Os empregos urbanos não absorvem essas pessoas, e com isso cresce as atividades informais e de subemprego. Por outro lado, com o processo de industrialização e os grandes projetos, a partir dos anos 70, o ES, leia-se a Grande Vitória, passa também a atrair migrantes externos, além do interior do estado. Entre 1960 e 1980, a população da Grande Vitória salta de 198.265 para 706.263 habitantes. O processo de urbanização ultrapassa os limites do município de Vitória e começa a surgir ao redor da capital um anel de subúrbios concentradores de problemas sociais. Até 1960 71,6 % da população capixaba concentrava-se na área rural, em 1970 esse número cai para 54,9 % e em 1980 cai para 35,8 %, com 64,2 % na área urbana, diga-se na Grande Vitória. Agora o crescimento populacional está vinculado à industrialização na cidade, e para aí vai conduzir o processo migratório o intensificando.

Até 1960 a migração externa no ES não chegava a 10%. O total de migrantes externos na Grande Vitória não era elevado. A partir dos anos 60 e 70 observa-se uma grande migração que desestruturou o espaço urbano da Grande Vitória que se intensifica nos anos 70 com migrantes de outros estados, além da mobilidade interna. Com isso intensificam-se as contradições sociais. Deu-se o inchamento da Grande Vitória e a expansão da periferia com um processo de urbanização desordenado e desigual.

Nesse contexto, observou-se que a cidade não oferecia empregos formais a todos; que 44,7 % da população em 1980 não possuía rendimentos; que grande parte dos trabalhadores atuavam em subempregos. A partir de 1970, surgem e se expandem na Grande Vitória inúmeros bairros periféricos, que junto às favelas, alojam a classe trabalhadora empregada, concentrando a pobreza e provocando um maior empobrecimento da região: 47,9 % da população da Grande Vitória foi considerada carente, hipossuficiente, (338.507 hab.), a maior parte distribuídas nas favelas (281.391 hab.).

Em síntese, um duplo movimento migratório, um decorrente da expulsão da população do interior, face à erradicação dos cafezais e outro face à atração de imigrantes externos, face aos grandes projetos industriais, conjugaram as forças que levaram ao inchaço urbano capixaba, ao adensamento populacional rápido e periferização das franjas da cidade (SIQUEIRA, 2010).

Nesse contexto, temos o aglomerado subnormal da Grande Terra Vermelha, no município de Vila Velha - Espírito Santo, que tem seu maior adensamento populacional a partir de fins da década do ano de 1980 com o Loteamento Brunella II implantado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, atraindo com isso diversos loteamentos regulares e irregulares (SARTÓRIO, 2012).

CONCEITO DE AGLOMERADO SUBNORMAL E A GRANDE TERRA VERMELHA – ES

Em 2010 o IBGE realiza o Levantamento de Informações Territoriais (LIT) para áreas de aglomerados subnormais a fim de ampliar seu conhecimento das características desses setores. Utiliza do conceito de aglomerado subnormal tecido em 1987 e aprimorado em 2006, definindo-o como:

(...) conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por **ausência de título de propriedade** e pelo menos **uma das características abaixo**:
 - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes **e/ou**
 - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). IBGE (2010)

O conceito de aglomerado subnormal abrange os diversos tipos de ocupações conhecidas como favelas, invasão, palafita, comunidade, mocambo, vila, grotão, cortiço, cabeça de porco, entre outros, caracterizada pela falta de título de propriedade associada a pelo menos uma carência, seja ela da má organização dos espaços e delimitações; sejam elas vias e/ou áreas dos lotes, cumulativamente ou não a precariedade de oferta de serviços públicos essenciais, tais como, esgotamento sanitário, recolhimento regular de lixo, limpeza, transporte público, água tratada, rede regular de energia elétrica, dentre outros.

Para o IBGE, a existência destes aglomerados subnormais estariam relacionados à especulação imobiliária e fundiária, a periferização da população e às carências diversas. A demanda da população e sua necessidade de moradia levam-na a procurar espaços dispersos e menos valorizados. Segundo o IBGE as informações apuradas sobre os aglomerados subnormais a partir do LIT serviriam para orientar as políticas públicas:

Dos aspectos predominantes, o levantamento aponta que no Brasil, dos 317.000 setores censitários, cerca de 5% foram identificados como setores de aglomerados subnormais

(15.868), onde esses 15.868 setores censitários subnormais formam 6.329 aglomerados subnormais.

Aponta ainda que 55,5 % desses aglomerados subnormais estariam na Região Sudeste, 25, 2% na Região Nordeste, 12,1 % na Região Norte, 5,5 % na Região Sul e 1,7 % na Região Centro Oeste. A Região Sudeste apresenta áreas de aglomerados subnormais mais densas. Do levantamento depreende-se ainda que a maior parte dos aglomerados subnormais identificados se concentrava em municípios integrantes de regiões metropolitanas, em especial naquelas de maior quantitativo populacional. Nesse contexto, insere-se o aglomerado da Grande Terra Vermelha, no município de Vila Velha, RMGV, no Estado do Espírito Santo.

Mapa 1: aglomerado da Grande Terra Vermelha



Mapa 1. Grande Terra Vermelha

Fonte: Lira, 2013

A Região Administrativa V – Grande Jucu, é uma das 05 Regiões Administrativas em que se divide o Município de Vila Velha, e abarca 21 bairros, dentre eles os 11 bairros que compõem a Grande Terra Vermelha - Morada da Barra, Residencial Jabaeté, João Goulart, Normília da Cunha, Ulisses Guimarães, 23 de Maio, Barramares, Cidade da Barra, Riviera da

Barra, São Conrado e Terra Vermelha, conforme Lei 4.707, de 10 de setembro de 2008, do município de Vila Velha, Região Metropolitana da Grande Vitória (VILA VELHA, 2008).

O aglomerado de Terra Vermelha apresenta-se na mídia, na maioria das vezes, de forma negativa, haja vista a veiculação dos diversos tipos de crime na região, em especial o homicídio e o tráfico de drogas. A violência em seu grau extremo representada pelo homicídio, é um indicador que melhor expressa o arcabouço de violências que permeiam a sociedade brasileira.

Entre o ano de 1980 e 2011 foram vítimas de homicídios no Brasil 1.145.908 pessoas. A taxa de mortalidade para o conjunto da população cai 3,5%, porém, as mortes por causas externas aumentam 28,5%. Esses aumentos são alavancados, especialmente, pelos homicídios, que crescem 132,1%. Entre os jovens – 15 a 24 anos, a média nacional do índice de óbitos por homicídios é de 39,3 %. No Espírito Santo essa média é ainda maior, mais da metade das mortes de jovens são por homicídios. A Tabela 1 mostra os números de homicídios no aglomerado de Terra vermelha entre os anos de 2012 e 2013 (WAISELFISZ, 2013).

Tabela 1: Dados Gerais do aglomerado de Terra Vermelha, Vila Velha/ES.

CIDADE/BAIRRO	POPULAÇÃO	Nº de homicídios		Taxa de homicídios (por mil hab.)	
		2012	2013	2012	2013
VILA VELHA	414.586	171	160	0,41	0,39
BARRAMARES	12.405	13	14	1,05	1,13
CIDADE DE BARRA	2.085	0	1	0,00	0,48
JOÃO GOULART	2.367	4	3	1,69	1,27
MORADA DA BARRA	4.940	5	10	1,01	2,02
NORMILIA DA CUNHA	1.355	3	1	2,21	0,74
RESIDENCIAL JABAETE	2.517	0	1	0,00	0,40
RIVIERA DA BARRA	3.445	5	2	1,45	0,58
SÃO CONRADO	2.981	1	1	0,34	0,34
TERRRA VERMELHA	2.847	2	2	0,70	0,70
ULISSES GUIMARAES	7.271	9	6	1,24	0,83
VINTE E TRES DE MAIO	1.254	2	0	1,59	0,0
Aglom. TERRA VERMELHA	43.467	44	41	1,01	0,94

Fonte: SEAE/IJSN, 2011

Nesse contexto, o diagnóstico realizado pela Secretaria de Estado de Ações Estratégicas (SEAE), a fim de subsidiar as políticas públicas do Programa Estado Presente, aponta que dentre os dez aglomerados existentes na Região Metropolitana da Grande Vitória

(RMGV), estes apresentaram os seguintes indicadores de homicídios em 2010, conforme tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Homicídios por Bairros – Aglomerados da RMGV - 2010

Aglomerado	Homicídios 2010	% do ES
1 Terra Vermelha	51	2,8%
2 Feu Rosa	43	2,3%
3 São Pedro	38	2,1%
4 Nova Rosa da Penha	29	1,6%
5 Nova Betânia	7	0,4%
6 Carapina	60	3,3%
7 Jacaraípe	43	2,3%
8 Santa Rita	38	2,1%
9 Planalto Serrano	24	1,3%
10 Santo Antônio	21	1,1%

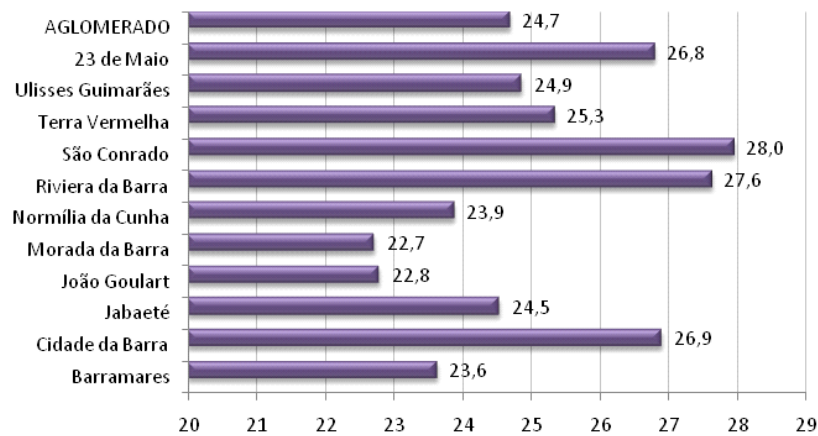
Fonte: SEAE/IJSN, 2011.

Depreende-se da tabela que o aglomerado da Grande Terra Vermelha apresentou no ano de 2010, 51 homicídios, o que corresponde a 2,8 do total de homicídios ocorridos no Estado do Espírito Santo e o segundo maior índice entre os aglomerados.

De acordo com o CENSO 2010, a população do aglomerado de Terra Vermelha atinge a marca de 43.467 habitantes, um incremento de 50 % em relação ao apurado no ano de 2000, que era de 29.000 habitantes. O diagnóstico aponta que os Bairros Barramares, com 28,5%, e Ulisses Guimarães, com 16,7%, somam 45,2% da população residente no aglomerado.

Quanto à distribuição etária da população do aglomerado, a figura 3, construída pelo Instituto Jones Santos Neves (IJSN) descreve uma população jovem onde a média de idade do aglomerado é de 24,7 anos. A menor idade média por bairro que compõe o aglomerado é de 22,7 anos, no bairro Morada da Barra e a maior idade média que é de 28 anos, encontra-se no bairro São Conrado.

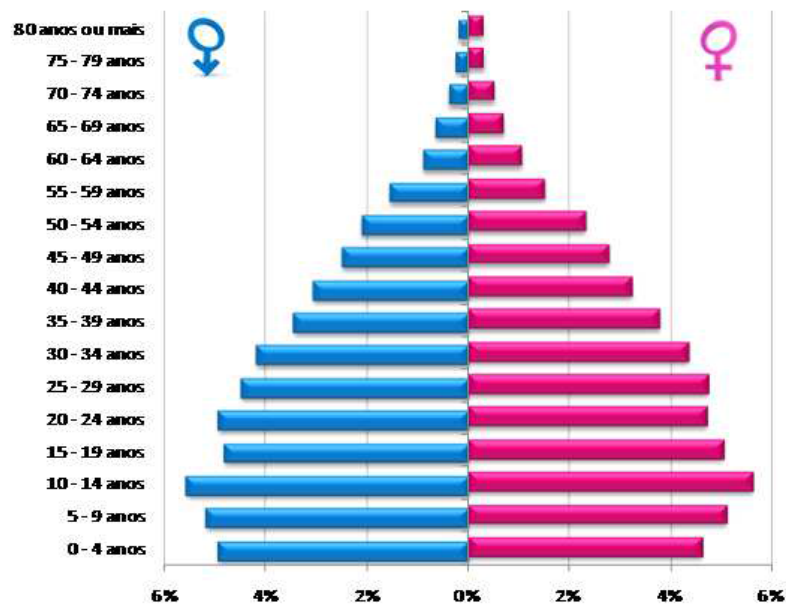
Figura 3 – Idade mediana por Bairros - Aglomerado de Terra Vermelha - 2010



Fonte: SEAE/IJSN (2011)

Quanto à distribuição etária da população do aglomerado, a pirâmide etária da figura 4, também construída pelo IJSN, descreve uma população jovem, onde cerca de 50 % da população tem entre 0 e 24 anos de idade.

Figura 4 – Pirâmide Etária - Aglomerado de Terra Vermelha - 2010



Fonte: SEAE/IJSN (2011)

O diagnóstico do SEAE descreve ainda, os equipamentos e serviços públicos existentes no aglomerado de Terra Vermelha, entre eles, escolas públicas, espaços públicos (praças, quadras esportivas, campos e parques), Unidades de saúde e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) (SEAE/IJSN, 2011).

Sendo dentre o quesito educação, aponta que o aglomerado possui 12 escolas públicas, 10 da rede municipal e 02 da rede estadual. Das duas escolas da rede estadual, uma oferece o ensino médio (da 1ª a 3ª séries) e a outra o ensino fundamental (que vai do 1º ao 9º ano) e médio (da 1ª a 3ª séries). Das 10 escolas da rede municipal de educação, 07 oferecem o ensino fundamental (que vai do 1º ao 9º ano) e apenas 03 escolas oferecerem a educação infantil (crianças a partir dos 02 anos aos cinco anos de idade).

Estas escolas estão distribuídas geograficamente nos bairros Residencial Jabaeté (EEEM Mario Gurgel, UMEI Professora Normília da Cunha, UMEF Professor Paulo Cesar Vinha), Morada da Barra (UMEF Professor Darcy Ribeiro), Terra Vermelha (EEEMF Terra Vermelha), 23 de Maio – divisa com Terra Vermelha (UMEF professor Aylton de Almeida), 23 de Maio – divisa com São Conrado (UMEF Deolindo Perim, UMEF Ilha da Jussara e UMEI Terezinha Pagotti), Barramares (UMEI Sarah Victalino Gueiros), Cidade da Barra (UMEF Alger Ribeiro Bossois), São Conrado (UMEF Governador Chistiano Dias Lopes).

O estudo aponta como principal problema apresentado no aglomerado, o déficit de oferta de vagas no ensino médio. Descreve que 59 % das escolas atendem ao nível fundamental, 25 % a educação infantil, 8% o fundamental e médio e 8% o nível médio.

Não são precisos muitos cálculos para comprovar a existência do *déficit* do ensino médio em número de escolas e, conseqüentemente, oferta de vagas, em relação ao ensino fundamental. Tendo em vista a importância do fator educação na prevenção do fenômeno violência, essa adversidade merece atenção, pois uma parcela dos jovens, com idade média de 14 anos, concluintes da oitava série, acaba não avançando para o primeiro ano do ensino médio, devido ao *déficit* constatado na região. Fonte: SEAE/IJSN, 2011.

Privados do acesso ao ensino médio, à educação pública gratuita nas proximidades de suas residências, privados de recursos financeiros para acesso à educação não pública e paga, privados de recursos para deslocamento para outras regiões que ofertam ensino gratuito, grande massa de jovens residentes neste aglomerado ficam à mercê da própria sorte e vulneráveis ao assédio de grupos envolvidos com a prática criminosa.

Ocorre ainda que em 75% o acesso às escolas não dispunham de calçamento ou o apresentavam em péssimas condições. Apenas 8,3% apresentavam faixas de pedestre e semáforo e 16,7% não dispunham de linhas de ônibus no quarteirão da escola. Quanto aos indicadores de desordem, 75% tinham próximos lotes vagos sujos com lixo acumulado, 58,3% botecos, 41,7% tinham próximos casa e construções abandonados, 33,3% esgoto a céu aberto, 8,3% apresentavam pichações, 42% apresentava problema de iluminação no seu

entorno. Quanto às instalações elétricas foi observado má conservação em 58,3% delas e na hidráulica má conservação de 41,7%, paredes, portas e janelas atinge a marca de 25% a má conservação e banheiros 16,7%. 33,4% das escolas não possuem espaço para recreação ou estão muito ruins. 41,7% das escolas não possuem biblioteca ou estão muito ruins, 8,3% apresentam carteiras e mesas ruins, 41,7% apresentam iluminação ruim.

No aspecto de atenção à saúde, o aglomerado de Terra Vermelha possui duas unidades de atenção primária à saúde, uma localizada no bairro Ulisses Guimarães e a segunda localizada no bairro Terra Vermelha. A primeira apresenta um bom estado de conservação das instalações, ao contrário da segunda que se revela em condições precárias.

O relatório aponta para falta de médicos em algumas equipes, falta de equipamentos nas ambulâncias, falta de rede de oxigênio equipamentos insuficientes (maca, cadeira de rodas, sonar, cadeira odontológica, mesa ginecológica, ultra som, copiadora, veículos, mesa, armário, nebulizador, etc.).

No quesito assistência social, o aglomerado de Terra Vermelha possui duas unidades do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), uma localizada no bairro Morada da Barra e a outra no bairro 23 de maio.

O aglomerado de Terra Vermelha possui ainda, 4 praças, 3 localizadas no bairro Terra Vermelha e 1 no bairro Riviera da Barra. O aglomerado possui também 4 campos de futebol, localizados nos bairros de Barramares, Morada da Barra, Normília da Cunha e Ulisses Guimarães, todos com problema de iluminação, além de uma quadra esportiva localizada no bairro de Cidade da Barra. Das 3 praças de Terra Vermelha, uma apresenta excelentes condições, com quadra de esportes, pista de skate, parquinho infantil, a segunda em boas condições, pois, menos equipada que a primeira e a terceira com equipamentos inapropriados, improvisados e com iluminação precária. A praça localizada no bairro Riviera da Barra, apresenta-se em bom estado de conservação e dotada de bons equipamentos.

O aglomerado possui 4 campos de futebol localizados nos bairros Barramares, Morada da Barra, Ulisses Guimarães e Normília da Cunha, que apresentam problemas de iluminação pública.

Observa-se que de modo geral, o entorno dos equipamentos públicos apresenta problema de iluminação pública inadequada em 33%.

Quantos às condições do entorno do espaço público, o estudo deixa claro a falta de calçamento em 55,6 % das entradas principais, onde a maioria das vias apresentava problemas de saneamento básico, em especial falta de rede de esgoto.

O estudo aponta ainda um índice de 88,9% de insegurança nos espaços públicos do aglomerado, relacionando o problema da iluminação pública com a dinâmica criminal evidenciada no bairro, principalmente no período noturno.

A Região V – Grande Jucu é também a que apresenta os piores indicadores de alfabetização, renda e de prestação de serviços públicos de abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica e de coleta de lixo (VILA VELHA, 2013), conforme expressa a tabela 3.

TABELA 3 – SERVIÇOS PÚBLICOS
TAXA DE MORTALIDADE, FORNECIMENTO DE ENERGIA
ELÉTRICA, COLETA DE LIXO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TAXA DE
ALFABETIZAÇÃO, RENDA, VALOR NOMINAL MÉDIO DE PESSOAS COM
MAIS DE 10 ANOS E COM RENDIMENTO, VILA VELHA/ES, 2010

Região Adm.	Taxa de Mortalidade	Energia Elétrica	Coleta de lixo	Água	Alfabetização	Renda
Região Adm. 1	4,8	99,97	99,59	99,53	97,44	2.696,52
Região Adm. 2	4,9	99,92	99,39	99,45	97,74	1,119,85
Região Adm. 3	5,4	99,90	99,78	99,79	95,37	977,86
Região Adm. 4	6,2	99,94	99,80	99,86	99,47	1.076,98
Região Adm. 5	5,0	99,79	98,47	93,79	94,59	954,39

Fonte: VILA VELHA, 2013

A metodologia adotada em relação aos conceitos de indicadores é a mesma adotada pelo IBGE e a divisão por Regiões Administrativas obedece a Lei Municipal 4.707 de 10 de setembro de 2008.

Quando se analisa e compara o aglomerado de Terra Vermelha à Região V – Grande Jucu, tem-se indicadores ainda piores. A renda média no aglomerado é 21,83% menor que a média da Região V. Somada a queda da renda, a relação de dependência econômica junto a população ativa salta da média de 49,34%, na Região V para 52% no aglomerado, conforme expressa a tabela 4.

TABELA 4 – SERVIÇOS PÚBLICOS
TAXA DE MORTALIDADE, FORNECIMENTO DE ENERGIA
ELÉTRICA, COLETA DE LIXO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TAXA DE ALFABETIZAÇÃO,
RENDA, VALOR NOMINAL MÉDIO DE PESSOAS COM MAIS DE 10 ANOS E COM RENDIMENTO,
NOS BAIRROS DO AGLOMERADO DE TERRA VERMELHA, MUNICÍPIO DE VILA VELHA, 2010

CIDADE/BAIRRO	POPULAÇÃO	RELAÇÃO DEPENDÊNCIA	TAXA DE MORTALIDADE	ALFABETIZAÇÃO	RENDA	ENERGIA ELÉTRICA	ÁGUA	COLETA LIXO
---------------	-----------	---------------------	---------------------	---------------	-------	------------------	------	-------------

BARRAMARES	12.405	54,5	3,5	90,4	706,79	99,7	98,1	92,4
CIDADE DE BARRA	2.085	46,6	4,3	94,6	725,55	100	100	99,7
JOÃO GOULART	2.367	60,3	5,9	90,7	618,9	99,7	99,1	95,5
MORADA DA BARRA	4.940	62,8	5,9	89,3	648,16	98,7	98,4	94,8
NORMILIA DA CUNHA	1.355	53,1	4,4	93,5	707,94	99,7	97,6	99,5
RESIDENCIAL JABAETE	2.517	59,6	6,4	94,1	688,69	100	100	100
RIVIERA DA BARRA	3.445	44,1	4,6	94,3	912,38	99,8	99,9	99,9
SÃO CONRADO	2.981	44,4	4	95,7	959,7	100	99,7	99,3
TERRRA VERMELHA	2.847	50,2	5,3	93,2	746,34	100	100	99,8
ULISSES GUIMARAES	7.271	48,6	5	91,3	719,27	99,5	96,6	98
VINTE E TRES DE MAIO	1.254	47,9	7,2	92,8	772,26	99,7	98,9	99,7
Aglom. TERRA VERMELHA	43.467	52	5,13	92,7	746	99,7	98,93	98,05

Fonte: VILA VELHA, 2013

Há ainda um aumento dos indicadores da taxa de mortalidade de 5,0 para 5,13, além da diminuição da taxa de alfabetização de 94,59 para 92,7.

Após descrição da realidade sócio espacial e antecedentes históricos do aglomerado da Grande Terra Vermelha, tem-se o estudo de caso.

ESTUDO DE CASO: O PROERD NO AGLOMERADO DE TERRA VERMELHA

Ao proceder-se à análise dos trabalhos que tratam do PROERD, foi selecionado o estudo desenvolvido por Massardi e Silva (2013) que busca descobrir a eficácia do PROERD, como programa integrante de uma política antidrogas. Dentro do contexto da avaliação de políticas públicas, a avaliação da eficácia relaciona-se à busca do esperado do programa nos seus resultados.

Os autores realizaram um estudo de caso e através do método de amostragem intencional, selecionaram a amostra baseado nos seus conhecimentos da população e dos seus elementos. Massardi e Silva (2013) passaram então a analisar os resultados do PROERD em todas as escolas públicas da cidade de Ubá, em Minas Gerais. Selecionam a amostra dentre as 12 escolas públicas que aplicaram o PROERD entre os anos de 2003 e 2007 que possuem o 5º ano. Para tanto dividiram em dois grupos de alunos que denominam, participantes e não participantes do PROERD.

Com o cruzamento de dados dos grupos com o do sistema da Polícia Militar do estado de Minas Gerais, constataram que dos alunos participantes do PROERD 4,6% possuíam

cadastro de prisão, ao passo que dos alunos não participantes tiveram 6,88 % de cadastro de prisão. Constataram que entre os alunos não participantes que tiveram cadastro de prisão, 39% foram presos por lesão corporal/agressão e 19% por tráfico/consumo de drogas. Já entre os alunos participantes que tiveram cadastro de prisão 29% foram presos por lesão corporal/agressão e 21% por tráfico/consumo de drogas.

Massardi e Silva (2013) constataram ainda, que na comparação dos índices de cadastro de prisão por natureza entre os alunos participantes e não participantes, os alunos participantes do PROERD não apresentam nenhum cadastro de prisão pelo crime de roubo e os únicos índices que se revelam maiores são os de furto e porte ilegal de arma de fogo/branca.

METODOLOGIA

Com base na metodologia aplicada por Massardi e Silva (2013) no estudo sobre o PROERD na cidade de Ubá, foi realizado este estudo de caso, cujo principal diferencial reside na seleção da amostra restrita a um aglomerado subnormal, que apresenta características sócio econômicas semelhantes.

O estudo foi realizado em duas escolas públicas, denominadas Escola Alfa e Escola Beta, instaladas na Grande Terra Vermelha, aglomerado subnormal composto por 11 bairros, localizado no município de Vila Velha, Região Metropolitana da Grande Vitória, Estado de Espírito Santo, Brasil. A Grande Terra Vermelha é fruto de ocupação acelerada, desordenada em fins da década de 1980 ao largo de políticas públicas, refletindo na carência de equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, praças) e na apresentação dos piores indicadores de alfabetização, renda e de prestação de serviços públicos de abastecimento de energia, água e de coleta de lixo no Município de Vila Velha (IBGE, 2010 e VILA VELHA, 2013) aliado a altos índices criminais, sobretudo de homicídios (SEAE/IJSN, 2011). Segundo dados do Censo 2010 realizado pelo IBGE, a população da Grande Terra Vermelha é no ano de 2010 de 43.467 habitantes.

O Objeto de estudo compreende o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), um programa aplicado por policiais militares fardados nas escolas públicas e privadas, tendo por objetivos a prevenção à violência e ao uso indevido de drogas

entre crianças e adolescentes, disseminar uma cultura de paz, além de estabelecer uma relação de confiança mútua entre a Polícia Militar e a comunidade escolar.

Por tratar-se de um estudo de caso, esta pesquisa não permite generalizações dos resultados (Coutinho e Chaves, 2002; Gomes, Flores e Gimenez, 1996; Dencker, 2007), porém, permite o aprofundamento do conhecimento dos processos e das relações sociais (Dencker, 2007). Segundo Cozby (2003) estudos de caso são úteis para informar-nos sobre condições raras, que não podem ser facilmente estudadas de outras maneiras. Idéias sugeridas por estudos de caso podem levar pesquisadores a desenvolver hipóteses, que poderão ser testadas por meio de outros métodos.

Quanto à amostra, após constatação da dimensão dos aparelhos de educação, foi feito um levantamento sobre quais escolas tiveram a ação do PROERD no período de 2011 – primeiro ano de aplicação do programa no aglomerado, sendo constatado junto a relatórios dos gestores do PROERD que apenas 02 (duas) escolas receberam o programa naquele ano, uma que possuía turmas do 1º ao 5º ano e outra que possuía turmas do 1º ao 9º ano, ou seja, numa escola foi aplicado o programa a alunos do 5º ano e noutra a alunos dos 5º e 7º anos. Para determinar a amostra foi selecionada a única escola que possuía turma de 7º ano que participou do PROERD no ano de 2011, sendo identificada apenas uma escola, aqui denominada de EGRESSOS (ALFA), que aplicou o programa aos alunos do 7º ano. Dentre as escolas de ensino fundamental que possuem do 1º ao 9º ano, e que não aplicaram o programa PROERD, foi selecionada uma escola, aqui denominada de NÃO EGRESSOS (BETA), como grupo de controle. Esse critério foi adotado, pois 2011 foi o ano em que se inicia a aplicação do programa no aglomerado. Outro fator determinante, na escolha de alunos do 7º ano, é que alunos regulares do 7º ano geralmente possuem no mínimo 12 anos de idade, conforme legislação brasileira, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, se pensarmos sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade (BRASIL, 2006). Logo, estes estariam no ano de 2015 com idade mínima de 16 anos. Os indicadores de segurança pública, revelam dados que inserem o jovem num grupo vulnerável à violência. No Brasil, o número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas salta de 4.245 em 1996 para 23.066 em 2013. Os atos infracionais mais praticados são o roubo, o homicídio e o tráfico (BRASIL, 2013). Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (2012) 60% dos jovens que cumprem medidas socioeducativas de privação de liberdade no Brasil possuem entre 15 e 17 anos, mesma faixa

etária onde 47,5% cometeram o primeiro ato infracional. Em 2011, no Brasil, das vítimas de homicídios, 39,3% são jovens entre 15 e 24 anos. No ES esses jovens representam mais da metade das vítimas de homicídio (WAISELFISZ, 2013). Martins e Pillon (2013) apontam no sentido de associação das drogas à violência, estabelecendo uma associação entre a idade do primeiro uso de drogas e o ato infracional.

Os dados das turmas de EGRESSOS (ALFA) e NÃO EGRESSOS (BETA), nas duas escolas pesquisadas, foram obtidos nas secretarias das escolas, através das fichas de ensalamento. Tais fichas são de domínio público e ficam afixadas nos quadros de avisos, portas das salas de aula e portão externo da escola, para que os alunos, professores, familiares e demais profissionais da escola tenham conhecimento da sala que serão localizados os alunos no ano letivo. O ensalamento tem por objetivo acomodar os alunos em salas, conforme a seriação e a distribuição estabelecida pela escola. A ficha permite verificar o nome completo do aluno, data de nascimento, sexo e turma. Tais dados permitiram análises quantitativas e qualitativas, com a inferência da tipologia criminal e incidência por sexo e idade. Foram coletadas as fichas de ensalamento dos alunos do 7º ano das duas escolas do aglomerado de Terra Vermelha. A amostra de alunos egressos do PROERD (denominados ALFA) contou com 131 alunos (52,6 % da amostra), sendo 54 do sexo masculino e 77 do sexo feminino. O grupo de alunos não egressos (denominados BETA) contou 118 alunos (47,4 % da amostra) sendo 54 do sexo masculino e 64 do sexo feminino. A amostra perfaz um total de 249 alunos, com predomínio do sexo feminino com 57%. Os dados foram analisados descritivamente. A tabela 5 abaixo descreve a distribuição da amostra.

TABELA 5 – CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA

ALUNOS	NÚMERO ALUNOS	SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO	
		N	%	N	%
EGRESSOS (ALFA)	131	54	41,00%	77	59,00%
NÃO EGRESSOS (BETA)	118	54	46,00%	64	54,00%
TOTAL	249	108	43,00%	141	57,00%

Fonte: a pesquisa

O Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES) é um sistema informatizado que unificou os telefones emergenciais utilizados pelas Polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros, passando a atender as chamadas de emergência através de um único número – 190. O centro passou a gerenciar todos os dados de socorro, prisões, detenções e apreensões no estado do Espírito Santo. Foi realizada a comparação entre os dados da amostra

(nome completo, sexo, idade) e o banco de dados do CIODES que sintetiza os dados dos indivíduos presos e conduzidos à presença da autoridade policial, tais como, nome completo, idade, endereço, tipologia criminal, filiação. No cruzamento de dados restringiu-se aos registros efetuados entre o período compreendido entre o primeiro semestre de 2011 e o primeiro semestre de 2015, numa análise longitudinal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto aos resultados e discussões, ao cruzar e comparar os dados dos alunos com o banco de dados do CIODES, verificou-se que do total da amostra, 20 alunos foram detidos pela prática de crimes diversos, representando 8%. Dos alunos que possuem cadastro de prisão, destes, 20% são do sexo feminino e 80% são do sexo masculino, conforme a Tabela 6.

TABELA 6 – CADASTRO DE PRISÕES - EGRESSOS E NÃO EGRESSOS

ALUNOS	NÚMERO ALUNOS	NÚMERO ALUNOS SEXO MASCULINO		NÚMERO ALUNOS SEXO FEMININO		PRISÕES		PRISÕES SEXO MASCULINO		PRISÕES SEXO FEMININO	
EGRESSOS (ALFA)	131	54	41%	77	59%	9	6,87%	9	100%	0	0%
NÃO EGRESSOS (BETA)	118	54	46%	64	54%	11	9,3%	7	64%	4	36%
TOTAL	249	108	43%	141	57%	20	8,03%	16	80%	4	20%

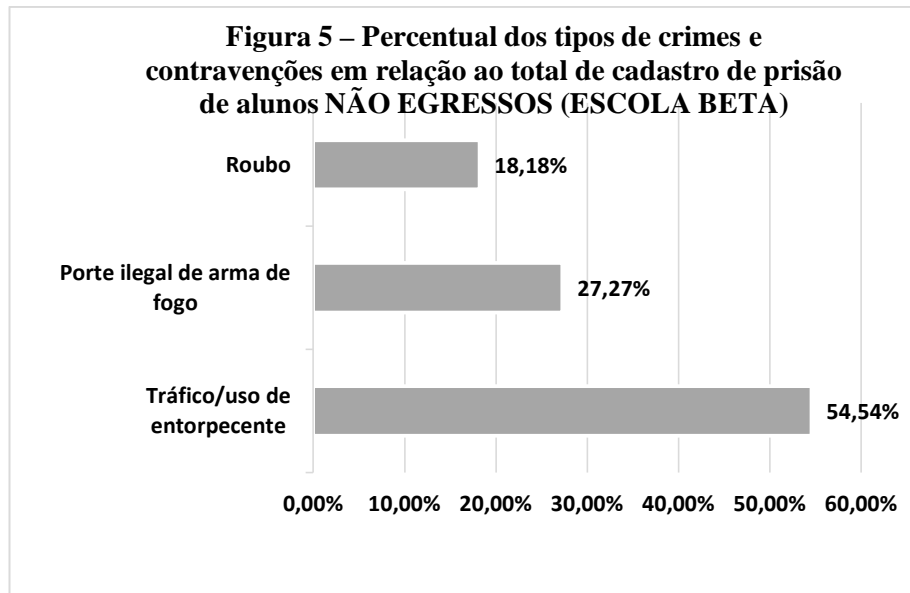
Fonte: a pesquisa

A média das idades desses alunos quando foram presos pela primeira vez é de 15,54 anos de idade.

A análise entre os alunos que receberam e não receberam a aplicação do programa PROERD, foi realizada através da divisão em dois grupos denominados EGRESSOS (ALFA) e NÃO EGRESSOS (BETA), conforme a Tabela 6, acima, 131 alunos são egressos do programa, representando 52,6% do total da amostra. Desses 131 alunos 41% são do sexo masculino e 59% do sexo feminino. Foi constatado que 6,87% dos alunos EGRESSOS (ALFA) possuem cadastro de prisão após participarem do programa e são todos do sexo masculino. Dos alunos NÃO EGRESSOS (BETA) – 118 – ou que não frequentaram o PROERD, apontam um índice de 9,3% de cadastro de prisão, no aglomerado subnormal de Terra Vermelha, com o sexo masculino apresentando um índice de 64% e o sexo feminino 36%.

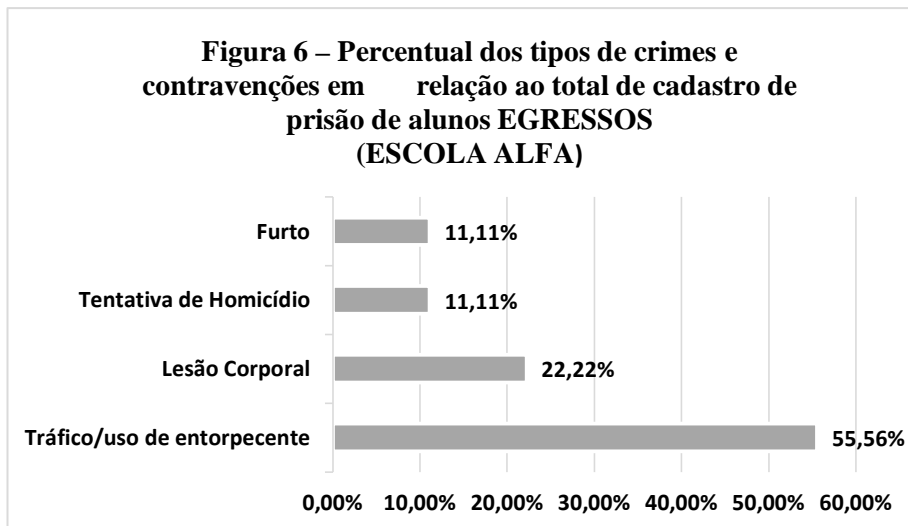
Quanto à distribuição de frequência em relação aos tipos de crimes e contravenções, dos alunos NÃO EGRESSOS (BETA), que tiveram cadastro de prisão, 54,54% foram presos

pela prática do crime ou transgressão relacionados ao de tráfico e uso de substâncias entorpecentes. O porte ilegal de arma de fogo, em segundo lugar, apontou 27,27% dos alunos NÃO EGRESSOS (BETA) presos e em terceiro lugar ficou o crime de roubo com 18,18% das prisões, conforme demonstrado na Figura 5.



Fonte: a pesquisa

Quanto à distribuição de frequência em relação aos tipos de crimes e contravenções, dos alunos EGRESSOS (ALFA), que tiveram cadastro de prisão, 55,56% foram presos pela prática do crime ou transgressão relacionados ao de tráfico e uso de substâncias entorpecentes, ficando em primeiro lugar, assim como verificado entre os não egressos. O crime de lesão corporal em segundo lugar apontou 22,22% dos alunos EGRESSOS (ESCOLA ALFA) presos e em terceiro lugar ficaram os crimes de furto e tentativa de homicídio, ambos com 11,11% das prisões cada um, conforme demonstrado na Figura 6.



Fonte: a pesquisa

A prisão pela prática de crimes e transgressões relacionadas ao tráfico e uso de drogas foi a que apresentou uma maior distribuição tanto no grupo dos ALUNOS EGRESSOS (ALFA) quanto no grupo dos ALUNOS NÃO EGRESSOS (BETA), com índices de 55,56% e 54,54%, respectivamente, onde os EGRESSOS (ALFA) do PROERD possuem 1 ponto percentual a mais em relação aos NÃO EGRESSOS (BETA).

Os alunos EGRESSOS (ALFA) não incorreram em prisão pela prática de crimes de roubo e porte de arma de fogo, ao contrário dos NÃO EGRESSOS, porém, registraram prisões pela prática de lesão corporal, tentativa de homicídio e furto.

TABELA 7 – COMPARATIVO ENTRE OS TRABALHOS DE MASSARDI e SIVA (2013) E ESTE QUANTO AO CADASTRO DE PRISÕES ENTRE EGRESSOS E NÃO EGRESSOS

Pesquisa	% Egressos presos (ALFA)	% Não Egressos presos (BETA)	Média de idade da 1ª prisão
Massardi e Silva (2013)	4,6	6,88	16,28
Esta pesquisa	6,87	9,3	15,54

Fonte: a pesquisa

A Tabela 7, com os dados comparativos entre a pesquisa de Massardi e Siva (2013) no que concerne aos cadastros de prisões entre alunos EGRESSOS (ALFA) e NÃO EGRESSOS

(BETA) do PROERD, e esta pesquisa, revelam uma dinâmica peculiar no aglomerado subnormal de Terra Vermelha quando comparado à Cidade de Ubá. O aglomerado apresenta um percentual maior de cadastro de prisão tanto para o grupo de alunos NÃO EGRESSOS (BETA) – a maior 2,42% - quanto para os alunos EGRESSOS (ALFA) do PROERD – a maior 2,27%. Aponta ainda, uma média de idade da primeira prisão no aglomerado de Terra Vermelha de 15,54 anos, enquanto a Cidade de Ubá descreveu a média de idade da primeira prisão em 16,28 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi analisado o PROERD no aglomerado subnormal de Terra Vermelha. Os antecedentes históricos descrevem a ausência de preocupação com a questão social no processo de substituição da atividade agroexportadora para a industrialização no ES, nas décadas de 60 e 70, o que desencadeou o empobrecimento do espaço urbano, com seu inchaço e segregação das periferias. Num processo contínuo, temos a precariedade dos serviços e equipamentos públicos disponíveis para a população de forma geral e para os residentes no aglomerado da Grande Terra Vermelha, no caso específico. Tais equipamentos, revelam-se ainda insuficientes quando existentes, observando-se o contingente populacional da área.

Nas mazelas detectadas destaca-se no aglomerado, o déficit de oferta de vagas no ensino médio, o que inviabiliza a continuidade nos estudos e ao acesso de uma gama de saberes e oportunidades possibilitadas pela educação formal de uma massa de jovens residentes no local, tornando cíclico o movimento de construção e reconstrução da exclusão, relegando-os quando não ao desemprego ou subemprego, ao aliciamento por parte de grupos à margem da lei.

Insta salientar ainda, a falta de estrutura e infraestrutura das escolas e da desordem de todo tipo em seu entorno no ano de 2011: falta de calçadas nos acessos, falta ou péssimas condições dos calçamentos, falta de sinalização de trânsito, com faixas de pedestre, semáforos, proximidade de lotes vagos e com lixo acumulado, casa e construções abandonadas, esgoto a céu aberto, pichações, falta de iluminação no seu entorno.

No interior das escolas observa-se os mais diversos problemas nas instalações elétricas, hidráulica, paredes, portas, janelas, banheiros, falta de espaço para recreação e de bibliotecas, iluminação e carteiras e mesas ruins.

Necessário se faz, além das melhorias estruturais dos espaços e equipamentos públicos, de ensino, de lazer, de assistência social, além da melhoria de infraestrutura dessas localidades, da construção de políticas públicas integradas, entre as diversas secretárias e órgãos, e entre os diferentes entes com o fito de propiciar acesso a cidadania e dos residentes nestes e outros aglomerados urbanos.

O aglomerado apresenta ainda os piores indicadores, onde a renda média no aglomerado de R\$ 746,00, é 21,83% menor que a média da Região V, o qual pertence e

apresenta os piores indicadores entre as 5 Regiões Administrativas de Vila Velha. Aliada a uma menor renda, temos uma maior relação de dependência econômica junto à população economicamente ativa, que salta da média de 49,34% na Região V para 52 % no aglomerado.

É neste cenário que este trabalho analisou o PROERD a fim de verificar se há diferenças entre egressos e não egressos do programa, pois a avaliação de necessidade de implantação do programa deve considerar os diversos aspectos do público alvo, tais como econômicos, sociais, culturais, a fim de melhor adequar à realidade local. A importação do programa junto ao Governo norte-americano e sua implementação no Brasil, dissociada da realidade brasileira, em especial da realidade do aglomerado objeto do estudo que também diverge da realidade de outros centros urbanos nacionais, evidenciam seu insucesso. Quando analisados os dados dos alunos egressos e não egressos do programa em comparação aos cadastros de prisões entre os anos de 2011 e 2015, observou-se que o crime de maior incidência entre os alunos foi o de tráfico/uso de drogas, exatamente aquele que justificaria o programa. Ressalta-se que os alunos egressos apresentaram um índice de incidência em prisão pela prática do crime supra, maior que os não egressos do programa. Constatou-se que o modelo norte-americano tem por objetivo específico a prevenção às drogas lícitas – tabaco e álcool. Já o Brasil com o mesmo modelo importado pretendeu e pretende trabalhar a prevenção às drogas de forma geral, sejam elas lícitas ou ilícitas que importam em diferentes dinâmicas simbólicas. As Polícias Militares do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Paraná, referenciadas na pesquisa, revelaram ainda usar o PROERD como mecanismo de melhoria da imagem institucional pela maior aproximação com a comunidade, algo que também se mostrou improdutivo face as pesquisas de índice de confiança que colocam a polícia brasileira com rejeição da ordem de 70,1%, atrás apenas dos partidos políticos que ostentam 95,1% de desconfiança. O programa peca ainda pela adoção de uma pedagogia tradicional reprodutiva e mecânica, desconsiderando o aluno como agente ativo do processo de construção do conhecimento. Observou-se ainda que não há modificações no contexto social dos jovens. A tríade: programa pensado para uma cultura diversa, objetivos locais diversos e pedagogia tradicional, levaram o programa a apresentar resultados desfavoráveis em Terra Vermelha.

Importa destacar que em relação ao gênero dos alunos, os indivíduos do sexo masculino incidiram em 80% das prisões e do sexo feminino em 20% das prisões, considerando todas as prisões de egressos e não egressos em conjunto. Quando analisamos os

dados dos não egressos em separado, a distribuição de incidência em relação ao sexo dos alunos aponta que 64% das prisões foram de indivíduos do sexo masculino e 36% do sexo feminino. Dos aprisionados egressos não ocorreu aprisionamento de indivíduos do sexo feminino. A menor incidência de encarceramento de indivíduos do sexo feminino, ainda que representem maior número da amostra, demonstra a atuação de mecanismos diferentes, associados a fatores de proteção diversos que não guardam qualquer relação com a frequência ao programa.

Outra característica a se destacar em relação aos índices apurados que revelam dinâmicas diferentes em locais e indivíduos diferentes, mesmo que localizados numa mesma base territorial, registrou-se quando comparados os cadastros de prisões entre alunos EGRESSOS (ALFA) e NÃO EGRESSOS (BETA) do PROERD do aglomerado de Terra Vermelha com os da Cidade de Ubá. Revelou-se uma dinâmica peculiar, com o aglomerado apresentando um percentual maior de cadastro de prisão tanto para o grupo de alunos NÃO EGRESSOS (BETA) – a maior 2,42% - quanto para os alunos EGRESSOS (ALFA) do PROERD – a maior 2,27%. Apontando ainda a incidência criminal em indivíduos ainda mais jovens no aglomerado de Terra Vermelha, com uma média de idade da primeira prisão de 15,54 anos, enquanto a Cidade de Ubá descreveu a média de idade da primeira prisão em 16,28 anos.

Quando se observa os índices no aglomerado em conjunto, os Alunos Egressos do PROERD apresentaram um menor índice de cadastros de prisão (6,7%) do que os alunos Não Egressos (9,3%), algo que não pode ser explicado pela frequência ao programa, haja vista a limitação deste estudo que reside na dificuldade de se estabelecer a interferência de outros programas, fatores de proteção e seus impactos no espaço, tempo e amostra analisada. Essa limitação se dá também pela falta de bancos de dados e falta de avaliações dos programas que possam ter sido aplicados, desde seu planejamento, implantação e execução.

Um programa antes de ser implementado precisa percorrer todo um caminho a fim de verificar a situação do momento, sua necessidade, seu acompanhamento, controle e resultados. O PROERD não passou por essas etapas, apenas foi traduzido e transplantado para a nossa realidade. No calor do movimento de redemocratização do Brasil no início dos anos 90 tem-se início o processo de busca de novos paradigmas para a polícia militar brasileira. Não se discute e nem se constrói um programa, apenas aproveita-se as estreitas ligações EUA x Brasil que tem seu ápice no regime de exceção para importar o PROERD. Não se tem

conhecimento de uma avaliação *ex ante*. As instituições não debateram as suas teorias. Os professores, assim como os alunos, são meros espectadores quando da aplicação do programa. Não ocorreu uma preocupação com seus resultados – que se revelaram insatisfatórios. A avaliação institucional que se faz do programa reside somente na quantidade de atendimentos. Restam as pesquisadoras e pesquisadores externos a tarefa de sua avaliação.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Nirlane de Souza. *Políticas Públicas de Prevenção às Drogas: Uma análise crítica através do PROERD*. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2007.
- BRASIL. Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006.
- BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, ISSN 1983-7364, ano 7, 2013. Disponível em <http://www2.forumseguranca.org.br/novo/#>. Acesso em 17 de outubro de 2013.
- BEATO, Claudio. *Estudio de caso: Programa Fica Vivo en Brasil*. INCAE Business School. Costa Rica, 2013. Disponível em <http://www.capsinitiative.net/wp-content/uploads/2014/07/Caso-Fica-Vivo-Version-final-Claudio-Beato-Portugu%C3%A9s.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2014.
- BRASIL. Panorama Nacional. A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação. Programa Justiça ao Jovem. Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2012.
- CHAUÍ, M. Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COUTINHO, Clara; CHAVES, José. O estudo de caso na investigação em Tecnologia educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15(1), pp. 221-244. CIED – Universidade do Minho. Portugal. 2002
- COZBY, Paul C. Métodos de pesquisa em ciência do comportamento. Trad. Paula Inês Cunha Gomide, Emma Otta. São Paulo: Atlas, 2003.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas. 9. ed. São Paulo: Futura, 2007.
- ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar nº 58, de 21 de fevereiro de 1995.
- GOMES, Gregório R.; FLORES, Javier; JIMENEZ, Eduardo. *Metodologia de la Investigacion Cualitativa*, Malaga: Ediciones Aljibe, pp. 378. Espanha. 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. Censo 2010. Aglomerados Subnormais: informações territoriais. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2014.
- JOHNSON, K. W. et al. Avaliação DARE (PROERD): Um acompanhamento de quarto anos em São Paulo, Brasil, Monografia, São Paulo: CEBRID, 2008.

LOPES, Jandicleide Evangelista. *As Representações de Prevenção ao Abuso de Drogas dos Professores do Ensino Fundamental: Um Estudo de Caso*. 2003. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

MARTINS, Mayra Costa, PILLON, Sandra Cristina. Cad. Saúde Pública. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei, Rio de Janeiro, 24(5):1112-1120, mai, 2008. Disponível em <http://www.scielo.org/pdf/csp/v24n5/18.pdf> acesso em 20 de outubro de 2013.

MASSARDI, Wellington de Oliveira, SILVA, Eraldo T. Análise das implicações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: o caso das escolas de Ubá. *Gestão Contemporânea*, Porto Alegre, ano 10, n. 13, p. 149-164, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo> acesso em 25 de novembro de 2013.

PEROVANO, Dalton Gean. *Concepção dos Instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência sobre a sua formação do Urbano*. 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

POLÍCIA MILITAR DO ESPIRITO SANTO. Portaria nº 346-R, de 16 de abril 2003. Institui o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) e o normatiza na Polícia Militar do Espírito Santo, como medida proativa para o controle da violência e criminalidade, complementar as ações preventivas e repressivas às drogas. Boletim do Comando Geral (BCG) nº 016, de 16.04.03.

POLÍCIA MILITAR DO ESPIRITO SANTO. Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária. *História, Conquistas e Perspectivas*. Vitória, [2015?].

QUEIROZ, S. Avaliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). Monografia – USP, São Paulo, 2003.

SARTÓRIO, Fernando Domingos Vieira. *Uma Geopolítica do Urbano: Grande Terra Vermelha, Região Metropolitana da Grande Vitória – ES*, Vitória, 2012.

SEAE/IJSN. Diagnóstico dos equipamentos públicos: Aglomerado de Terra Vermelha. Relatório 01. Vitória, 2011.

SILVA, Adilson Gonçalves, GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina. Pesquisas sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). *Revista LEVS/Unesp*. P. 102-114, Edição 6, Número 06, Dezembro.2010. São Paulo, 2010.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2010.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. Pobreza e Segregação: permanência e expressão da tradicional desigualdade no Brasil – “Grande Vitória”. Paraná. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Paraná, 2011.

SOUZA FILHO, Roberto Pereira. *A Percepção da Comunidade sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD – na Escola Pública Estadual Manoel Vitorino em Salvador – Bahia*. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Superintendência de Pesquisa e Pós-graduação. Universidade Católica da Bahia. Salvador, 2008.

VILA VELHA (Município) ES. Perfil Sócioeconômico por bairros. Indicadores selecionados. 2013.

VILA VELHA (Município) ES. Lei Nº 4.707, de 10 de setembro de 2008. Vila Velha-E.S, 2004. Disponível em:<<http://www.legislacaoonline.com.br> >. Acesso em: 8 jun. 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo.(coord.) Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil. CEBELA. Rio de Janeiro.2013.